



Feminismo e o espaço urbano: apontamentos para o debate

Feminism and urban space: appointments for
debate

*Natália Alves da Silva, mestranda em arquitetura e
urbanismo pela UFMG, natalialvesrj@gmail.com;*

*Daniela Faria, graduanda em arquitetura e urbanismo pela
UFMG, ddanielafaria@gmail.com;*

*Marília Pimenta, graduanda em arquitetura e urbanismo pela
UFMG, marilie@outlook.com*

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo discutir as possíveis contribuições das teorias feministas para a discussão do espaço e do planejamento urbano. Partindo da leitura da diversidade de concepções e epistemologias feministas o texto contrapõe-se ao universalismo do feminismo liberal, assim como ao universalismo que norteia o planejamento urbano modernista e busca lançar algumas pontes para a construção de bases teóricas que nos permitam perceber as contradições inerentes a produção das cidades a partir de relações atravessadas pela estrutura de desigualdades inerentes ao capitalismo, ao patriarcado e ao racismo.

Palavras-chave: feminismo, interseccionalidade, planejamento urbano, espaço.

ABSTRACT:

This article discusses the contributions of feminist theories for the debate on space and urban planning. Starting from the diversity of feminist conceptions and epistemologies, the text contrasts with the universalism of liberal feminism, as well as the universalism that guides modern urban planning. It seeks to launch some bridges into a theoretical basis that allows us to perceive the contradictions of the production of the cities, from the relations traced by the structure of inequalities inherent to capitalism, patriarchy and racism.

Key words: feminism, intersectionality, urban planning, space.

INTRODUÇÃO

O espaço constitui e é constituído de relações sociais, portanto não é neutro e traz fortes marcas das relações sociais refletidas nas brutais desigualdades sócio espaciais existentes. A diferença e a hierarquização entre homens e mulheres é uma das marcas de nossa sociedade e vai ter fortes impactos na produção do espaço. Compreender essas relações e esses impactos é fundamental para que possamos construir ferramentas analíticas que permitam a compreensão da realidade em seus matizes e complexidades e para que possamos atuar de maneira mais efetiva na superação das desigualdades.

Nesse sentido, parece ser fundamental a incorporação do feminismo no debate sobre a produção do espaço. O feminismo é entendido de maneira ampla como movimento político e como teoria que contribuí de maneira fundamental para a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres e para a luta social. O feminismo também produziu uma epistemologia que permite deslocar o lugar neutro da ciência e da produção do conhecimento, permitindo uma aproximação maior entre teoria e realidade social dos sujeitos subalternizados.

Ao tratar de questões tão amplas e transversais, o feminismo tem reverberações em várias áreas do conhecimento como ciências sociais, história, literatura, psicanálise, antropologia entre outras. O presente artigo tem como objetivo discutir as possíveis contribuições da teoria feminista para a discussão do espaço e do planejamento. Para isso faremos um breve apanhado histórico do feminismo, com alguns de seus principais pontos de tematização e processos de luta. Em seguida situaremos, dentro da vasta produção acadêmica feminista, algumas teorias e correntes que nos parecem ser mais promissoras para o entendimento da opressão das mulheres, sobretudo aquelas que relacionam as dimensões de sexo, raça e classe, como sistemas interligados de opressão. A partir daí apresentaremos algumas formulações que buscam relacionar feminismo e o debate sobre a produção do espaço. Por fim tentaremos apontar algumas chaves interpretativas que consideramos importantes para o debate da produção do espaço e das desigualdades sócio espaciais brasileiras a partir de uma perspectiva feminista, levando em conta os reflexos diferenciados na vida de homens e mulheres.

CONTROVÉRSIAS HISTÓRICAS

O feminismo é constituído em uma relação estreita entre teoria e prática. Céli Regina Pinto (2010) aponta essa característica especial do movimento feminista: “é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria”. Ochy Curiel (2011) ressalta o fato de que o feminismo é uma teoria que visa entender o lugar particular das mulheres na sociedade, mas permite fornecer chaves interpretativas importantes para a situação de várias outras camadas oprimidas.

Es la teoría feminista quien pone a descubierto todas aquellas estructuras y mecanismos ideológicos que reproducen la discriminación y exclusión, sobre todo hacia el grupo social de las mujeres, la mitad de la humanidad, aunque sus análisis permitan analizar otros grupos sociales y otras relaciones. (Curiel , 2011: Pág 3).

Como outros movimentos sociais e correntes teóricas, o feminismo possui várias vertentes. Portanto não existe um feminismo, mas vários. O que unifica essas linhas de pensamento e ação seria o reconhecimento de que as mulheres ocupam um lugar de sistemática opressão e que esse lugar não é natural, mas socialmente construído e, portanto, passível de ser transformado. Feminismo designa correntes bastante distintas do movimento como feminismo liberal ou burguês, feminismo radical, feminismo ou mulheres marxistas, libertárias, socialistas, o feminismo lésbico, negro, pós e decolonial entre vários outros.

Pode-se dizer que desde que existe sociedade, as mulheres participam das lutas e dos movimentos políticos. Há registros da participação de mulheres em várias revoltas ao longo da história. Silvia Federici (2016) relata em sua obra *O Calibán e a Bruxa*, recentemente traduzida para o português, como a caça às bruxas foi um longo processo de estigmatização e perseguição de mulheres na baixa idade média que culminou com um dos maiores genocídios da história. Esse processo foi fundamental para a constituição do sistema capitalista que necessitava estabelecer o controle sobre os corpos e a capacidade reprodutiva das mulheres, sobre os seus saberes e sua força de trabalho, para a implantação do trabalho assalariado e das relações modernas de produção e reprodução.

As origens do movimento feminista tem sido objeto de intensos debates na academia e nos espaços de militância social e tem sido um esforço de diversas intelectuais feministas a pesquisa e a visibilização das lutas das mulheres que não têm sido contempladas na história convencionalizada do feminismo.

A visão hegemônica no feminismo, estabelecida a partir das teorias e lutas feministas dos Estados Unidos e Europa, considera a gênese do movimento como reflexo do iluminismo e das revoluções burguesas. Essa concepção também convencionou a divisão da história do feminismo em ondas, pontos culminantes de luta e de formulação feminista.

A chamada primeira onda do feminismo, que teria ocorrido em fins do século XIX e início do século XX, é considerada o marco da fundação do feminismo como um movimento político coletivo (Fougeyrollas-Schwebel, 2009). Nela foram tematizados centralmente a luta por direitos iguais entre homens e mulheres; direito ao trabalho, direito na família e o direito ao voto, sendo essa última reivindicação a que deu a fisionomia mais famosa do movimento com as chamadas *suffragettes*, primeiro nos Estados Unidos e Inglaterra e depois se espalhando para outros países da Europa. Apesar da participação de muitas operárias na luta, que somavam denúncias sobre as condições de exploração do trabalho e do assédio sexual no interior das fábricas nas reivindicações, o movimento tinha como principais lideranças mulheres acadêmicas, das classes médias e médias altas urbanas como Emmeline Pankhurst e Emily Wilding Davison (Inglaterra), Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott (EUA).

Célia Pinto (2010) aponta as influências da primeira onda liberal no Brasil. Na década de 1910-20 foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, tendo uma de suas lideranças a bióloga e cientista Bertha Lutz que travou uma luta prolongada até a aprovação do voto feminino em 1932. As mulheres operárias anarquistas tiveram um papel de destaque nesse processo pautando as péssimas condições de trabalho e constituindo organizações de luta como a “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”.

Assim, o feminismo liberal teria dado conteúdo e forma aos primeiros movimentos feministas. A sua característica central teria sido endereçar críticas à ausência de oportunidades iguais para as mulheres na vida pública, o que era contraditório com os princípios de liberdade e igualdade caros

ao liberalismo político. Considerando o sexo como “uma característica não essencial da natureza humana”, aquelas que ficaram consagradas como feministas de primeira onda reivindicavam a equiparação das condições de cidadania das mulheres com os homens (Bodelón, 1998).

Para Encarna Bodelón (1998), o movimento passou a perceber as limitações da igualdade formal, contudo, ao invés de rechaçar leis que pautassem as diferenças sexuais, passou a exigir a realização de políticas afirmativas que corrigissem disparidades entre homens e mulheres, superando a distância entre os pontos de partida entre os sexos, permitindo o funcionamento da meritocracia. Ao assumir essas pautas, o feminismo não apontava o caráter estrutural da opressão, o patriarcado. Ao contrário, muitas vezes naturalizava o papel das mulheres como cuidadoras. Mesmo assim, o movimento realizou ações bastante radicais na luta pelos direitos cidadãos para as mulheres, como quebra de lojas, enfrentamentos com a polícia e massivas manifestações.

Feministas negras, Davis (2016), Collins (2000), Hooks (2015) e de perspectiva decolonial, Curiel (2009; 2007), Lugones (2011) e Miñoso (2009), dentre outras, tem levantado críticas contundentes a essa perspectiva como linear e eurocêntrica, e que tem como produto a invisibilização de uma série de movimentos e sujeitas históricas.

(...) si entendemos el feminismo como toda lucha de mujeres que se oponen al patriarcado, tendríamos que construir su genealogía considerando la historia de muchas mujeres en muchos lugares-tiempos. Este es para mí uno de los principales gestos éticos y políticos de descolonización em el feminismo: retomar distintas historias, poco o casi nunca contadas. (Curiel, 2009, Pág. 1)

Collins (2000) resgata as origens do pensamento feminista negro como datadas ainda no século de XIX com os discursos da feminista María W. Stewart, negra e ex-escrava, na década de 1830. Stewart afirmava com clareza que a causa da pobreza das mulheres negras eram a opressão racial e sexual e chamava atenção para que as mulheres tomassem a frente das lutas nas comunidades negras contra todos esses sistemas de opressão.

A figura da feminista, abolicionista e ex-escrava Sojourner Truth também é resgatada por Collins (2000) e Davis (2016). Sem ter tido acesso à educação formal, Truth é considerada uma importante intelectual do movimento, pela profundidade de sua formulação, sua habilidade como oradora e sua capacidade de representação dos interesses de seu grupo.

Em um de seus discursos, “*Ain't I a woman?*”, publicado pela primeira vez em 1851, Truth expõe o conceito de mulher como construção social, contrapondo as características que são atribuídas as elas e a realidade concreta da vida das mulheres negras. Isso ocorre pelo menos um século antes do aparecimento do conceito de gênero e da publicação de *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir, em que, demonstrando a construção social do sujeito mulher afirma: “Não se nasce mulher, torna-se”.

That man over there says that women need to be helped into carriages, and lifted over ditches, and to have the best place everywhere. Nobody ever helps me into carriages, or over mud-puddles, or gives me any best place! And ain't I a woman? Look at me! Look at my arm! I have ploughed and planted, and gathered into barns, and no man could head me! And ain't I a woman? I could

work as much and eat as much as a man - when I could get it - and bear the lash as well! And ain't I a woman? I have borne thirteen children, and seen most all sold off to slavery, and when I cried out with my mother's grief, none but Jesus heard me! And ain't I a woman? (Collins, 2000, Pág.14).

Davis (2016) aponta que as mulheres negras participaram ativamente da luta pelo sufrágio nos EUA e durante algum tempo as *suffragettes* defenderam também a causa abolicionista, apontando semelhanças entre a escravidão e os status das mulheres na sociedade. Sojourner Truth participou ativamente de diversas conferências e reuniões pelo direito a voto. Entretanto, a concessão do direito a voto para os homens negros pós Guerra Civil quebrou a já frágil unidade do movimento e lideranças do sufrágio como Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott se posicionaram publicamente de maneira bastante racista sobre esse tema.

Ainda no século XX, mulheres socialistas e comunistas levantavam a bandeira da igualdade de direitos com os homens, contudo rejeitando a autodenominação de "feministas" que, segundo elas, estava identificada com uma vertente burguesa do movimento. Um marco desse campo foi a realização em 1910 da I Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, que aprovou, por proposta da comunista alemã Clara Zetkin, a criação do Dia Internacional da Mulher.

O Brasil, como grande parte da América Latina, esteve mergulhado em ditaduras militares promovidas pelos EUA, multinacionais e oligarquias locais. Os movimentos sociais e partidos políticos de esquerda e progressistas foram obrigados a ir para clandestinidade e vários realizaram luta armada contra o regime. As mulheres militantes das organizações políticas se engajaram nesse processo sendo um grande contingente das mortas e desaparecidas dos regimes (Merlino, 2010). As mulheres assumem um papel de destaque na luta pelo fim da ditadura e a anistia, construindo em 1975 o movimento feminino pela anistia.

A história do país é marcada por figuras que se tornaram símbolos da luta das mulheres (Alambert, 2004) como: Dandara e Aquilino, ligadas a resistência do Quilombo dos Palmares (1605 – 1694); Zeferina, liderança da resistência do Quilombo do Urubu (1826); Luiza Mahin, ligada a revolta dos Malês (1835), sempre resgatadas pelo movimento feminista negro. Entretanto é preciso ainda resgatar as formulações feministas das mulheres desse período.

Portanto, a tese de uma origem liberal do movimento, mesmo que o liberalismo tenha outro significado hoje que no século XIX e XX, precisa ser problematizada. É preciso refletir também sobre a possibilidade de apontar uma origem única para o movimento. De qualquer modo, a teoria das ondas do feminismo ainda se constitui como principal referencial para contar sua história, por isso a opção por expô-la aqui, ainda que com ressalvas.

A segunda onda do feminismo é apontada como o período do final da década de 1960 e início dos anos 70. Esse movimento assume uma postura radical ao trazer à tona o conceito de patriarcado e postular a impossibilidade da igualdade, tendo em vista a existência desse regime de opressão (Fougeyrollas-Schwebel, 2009), e está conectado aos processos de contestação que se materializaram nos movimentos contra a Guerra do Vietnã, no movimento hippie, no Maio de 68, na criação do Partido dos Panteras Negras nos EUA, para citar alguns exemplos.

Sob a palavra de ordem o pessoal é político, as feministas explicitaram a divisão moderna entre esfera pública e privada, que invisibiliza o trabalho doméstico e a violência machista nas relações pessoais. Mesmo discordando da divisão em ondas parece haver concordância entre as feministas sobre a importância do que representou a década de 60-70 para o movimento.

La décadas de los sessenta y setenta fueron sin duda de una alta producción teórica y de nuevas prácticas políticas en el feminismo en muchos países. Ya las reivindicaciones y demandas feministas no eran el derecho al sufragio ni sólo entrar a las instituciones masculinizadas, otras lógicas y propuestas políticas enriquecían al feminismo: las afrodescendientes, las lesbianas feministas, las postcolonialistas, las multiculturalistas, entre otras, abrieron el abanico de análisis con nuevas perspectivas en lo que refería a la subordinación de las mujeres". (Curiel, 2007: pág. 1).

Nesse momento se populariza nos meios acadêmico e no movimento social o conceito de gênero. Tendo como algumas das precursoras desse debate os livros *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir (1949) e a obra de Kate Millet, *Política Sexual* (1970), o conceito de gênero parecia sintetizar a afirmação de que as diferenças entre homens e mulheres são socialmente construídas e não biológicas estabelecidas. Esse conceito será amplamente aceito, sendo inclusive posteriormente incorporado nos programas sociais dos Estados capitalistas e dos organismos internacionais, como trataremos adiante. A discussão sobre os direitos reprodutivos, a maternidade compulsória e o direito ao aborto também foram importantes bandeiras levantadas nesse período, quando recentemente havia sido popularizada a pílula anticoncepcional.

Entretanto, é preciso pontuar que o conceito de gênero, por não incorporar dimensões de raça e de classe, levou a uma generalização da opressão das mulheres a partir da experiência das mulheres brancas e de classe média e média alta, gerando processo de invisibilização e exclusão das mulheres não brancas.

Hooks (2015) analisa uma das obras que ganhou status de referencial teórico para o feminismo dos anos 60: *A mística feminina*, de Betty Friedan. Apresentado em sua edição brasileira como "O livro que inspirou a revolta das mulheres americanas", Friedan (1971) sintetiza a condição de opressão das mulheres na sociedade com a expressão "o mal sem nome". Entretanto esse "mal" acomete um tipo bem específico de mulheres: donas de casa brancas, casadas, com filhos, de formação universitária, com belas casas de subúrbio equipadas de vários tipos de eletrodomésticos, com acesso ao lazer etc. O "mal" seria a situação de tédio e depressão daquelas que queriam poder exercer suas profissões de nível superior como os homens brancos e ganhar as ruas para trabalhar. "Queriam mais da vida", como a autora resume. Ao evocar as mulheres como categoria geral há um silenciamento de vários tipos de experiência. Apesar de reconhecer que o livro já foi bastante criticado, Hook afirma que seus pressupostos ainda tem bastante influência na direção do movimento feminista.

Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada. Friedan transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos Estados Unidos. Ao fazê-lo, desviou a atenção de seu classismo, seu racismo, suas atitudes sexistas em relação à massa de mulheres norte-americanas. No contexto de seu livro, ela deixa claro que as mulheres que considerou vítimas de sexismo eram mulheres brancas com formação universitária que foram obrigadas pelo condicionamento sexista a permanecer em casa". (Hooks, 2015, Pág. 194).

É possível perceber claramente o elitismo em colocações como as que descrevem as mulheres sofredoras desse terrível “mal sem nome” como as que “ouviram dos mais avançados pensadores de nosso tempo” (Friedan, 1971). Ou ainda:

Há aspectos desse papel que quase impossibilitam a mulher inteligente e adulta de conservar o senso de identidade, o seu “eu” profundo, sem o qual o ser humano, homem ou mulher, não pode de fato viver. Para a mulher capaz na América de hoje há algo de perigoso na condição de dona de casa [...]. (Friedan, 1971, p. 262).

De fato, muitas dessas mulheres conseguiram se emancipar do embrutecedor trabalho doméstico, mas foi às custas da transferência de trabalho para mulheres negras e pobres. Hooks (2015) aponta que quando Friedan escreveu *A mística feminina*, mais de um terço de todas as mulheres trabalhavam para sustentar-se. Isso não pareceu ter abalado a convicção daquelas que falava em nome de todas as mulheres. O fato de que a obra continua até hoje sendo referência pode indicar que muitos textos feministas ainda reproduzem o racismo e a invisibilização da questão de classe e a desconsideração dessas contradições.

A contestação de uma visão universalista da mulher foi tematizada por diversos grupos feministas organizados a partir da afirmação e politização das identidades negras, lésbicas, trans, imigrantes, latinas, indígena, camponesa e que exigiam reconhecimento da sua condição frente aos sistemas de opressão, além de possibilidades de articulação de suas demandas e acessos à direitos e políticas públicas, sobretudo a partir dos anos 1980. (Curiel 2008).

ALGUMAS REFLEXÕES PARA O DEBATE ATUAL

Como dito anteriormente, o movimento feminista da década de 60-70 foi um dos mais radicais em termos de contestação política, além de ter produzido ricas formulações teóricas. Muitas feministas que são grandes referências do movimento hoje iniciaram a sua atuação nesse período. Por outro lado, houve uma forte reação do neoliberalismo ao movimento feminista iniciado na década de 60-70, sobretudo na Europa e nos EUA.

Nancy Fraser (2009) em sua análise, contesta a perspectiva de que isso foi ocasionado por falhas do movimento, supostamente geradas por um culturalismo que teria aberto mão das questões mais estruturais do sistema. Para ela, a cooptação do movimento feminista se deu a partir de uma readaptação estrutural do capitalismo às ideias da segunda onda. Assim o estado-capital passou a fazer uma incorporação seletiva de pautas do feminismo, levando à fragmentação entre os aspectos políticos, econômicos e sociais da crítica feminista, além da supressão das formulações mais radicais contra o capitalismo. Essa análise nos parece importante não apenas para a compreensão de certas contradições atuais no interior do movimento feminista, mas também por nos oferecer chaves interpretativas que nos serão úteis para o debate sobre planejamento urbano e feminismo, da próxima sessão.

Fraser (2009) inicia a sua exposição relacionando a segunda onda do feminismo às três etapas do desenvolvimento capitalista. A primeira etapa seria a que a Fraser denomina de “Capitalismo Organizado pelo Estado”, constituída pelos Estados de Bem-estar Social no norte global e os Estados desenvolvimentistas no Terceiro Mundo. Essa etapa possui quatro características centrais:

o economicismo, caracterizado pela primazia das análises econômicas, a regulação dos mercados e o conceito de classe para enxergar as divisões sociais e as injustiças, o que resultou no foco em políticas distributivas; o androcentrismo, que considera como cidadão os homens brancos, trabalhadores assalariados, chefes de família provedores, o que resulta na criação do salário família e na invisibilidade do trabalho não remunerado das mulheres; o estatismo caracterizado pela tecnocracia, pela concepção de um Estado gerencial e pela despolitização da cultura política; e o Westfalianismo, com o fortalecimento da cidadania nacional e uma visão de justiça como algo interior aos Estados, sem problematizar questões “transfronteiriças”.

Ao economicismo o feminismo vai apontar a necessidade de uma concepção de justiça, que não considere apenas a má distribuição, mas a desigualdade de status e a assimetria de poder político, chamando atenção para a necessidade de justiça nos assuntos tidos como privados, na família, no trabalho doméstico, em relação à reprodução e à violência. Essa visão ampla de justiça evocada pelas feministas (excetuando as liberais) requer uma transformação radical da sociedade.

A crítica ao androcentrismo foi direcionada tanto ao capitalismo como ao sexismo da esquerda, que fez com que feministas mantivessem uma relação tensa com os movimentos sociais mistos e partidos políticos. As que se mantinham no interior dessas organizações chamavam atenção para a relação entre o trabalho não pago de cuidado realizado pelas mulheres, a subordinação no matrimônio, a discriminação no mercado de trabalho e a dominação dos homens no sistema político.

A crítica ao estatismo foi feita no que se refere à masculinização das instituições e seu caráter fraternal. Combatiam a divisão entre teoria e prática com um movimento contracultural participativo e popular. Entretanto grande parte das feministas, consideravam que o Estado precisava ser forte para exercer um controle sobre o livre mercado, e ao mesmo tempo mais democrático e aberto à participação. Muitas feministas atuaram no interior do Estado, buscando construir políticas que fortalecessem as mulheres.

A crítica ao Westfalianismo é ambígua. Ao mesmo tempo em que criticavam os países imperialistas e denunciavam a Guerra do Vietnã, endereçavam muitas de suas reivindicações aos Estados Nacionais, o que acabava por legitimá-los no jogo político de certa maneira.

Para Fraser (2009) a passagem do chamado “Capitalismo Organizado pelo Estado” para o Neoliberalismo, que teve consequências mais perversas nos países do Terceiro mundo, marca o triunfo de um certo feminismo incorporado e ressignificado pelo capitalismo. A essa altura o movimento da década de 60-70 tinha se tornado amplo e espraído e sua cooptação é precedida da construção de ambiguidades em seu discurso, sobretudo nos conceitos mais emancipatórios.

O antieconomicismo feminista converteu-se em uma política de identidades e em um culturalismo que, em prol do reconhecimento, abriu mão da redistribuição econômica. O abandono da crítica à economia política era providencial para o capitalismo após a queda do Muro de Berlim, interessado em apagar a crítica ao capital e a memória do socialismo.

O antiandrocentrismo é ressignificado pelo capitalismo neoliberal a partir da incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho e a substituição do salário família pela família de dois salários. Esse processo é perverso pois ao mesmo tempo em que atende a uma reivindicação do movimento, silencia sobre a dupla jornada de trabalho das mulheres, a disparidade salarial e a situação das famílias chefiadas por mulheres.

O Neoliberalismo aproveita a crítica feminista ao estatismo para desmontar o Estado de Bem-Estar Social, acusando-o de paternalista e sexista. Nos países do Sul Global, isso significou a abertura para a atuação das Organizações Não Governamentais (ONG). A crítica feminista de que o Estado não empoderava o cidadão é usado para mercantilizar o Estado e as políticas de combate à pobreza são substituídas por políticas de microcrédito.

A crítica ao Westfalianismo também ganhou novos contornos. O feminismo é um dos precursores na criação de redes transnacionais para pressionar os Estados e muitas vezes utilizaram os fóruns da Organização das Nações Unidas (ONU) para fazer denúncias de abusos. A atuação da ONU teve um importante papel para transformar as reivindicações feministas em demandas por reconhecimento identitário, além de projetarem a fala de feministas do norte global de língua inglesa silenciando as demais. Muitas feministas têm feito a crítica ao papel das Conferências da ONU e seus resultados duvidosos para a vida das mulheres (Alvarez, 2000; Ochy, 2002).

Fraser vê a fase atual de crise do neoliberalismo como um novo período de contestações sobre os rumos do desenvolvimento capitalista em que o feminismo teria um papel chave em duas dimensões. Como um movimento social, seria papel do feminismo reivindicar justiça de gênero e um novo pacto para o futuro. Ao mesmo tempo, o feminismo pode ser evocado para legitimar novos projetos que não necessariamente serão favoráveis às mulheres. Isso pode ser favorecido por uma dissociação entre discurso feminista e movimento, que o tornando-o uma pauta evocada a nível do indivíduo, mais maleável e adequado por diversos interesses.

Fraser chama atenção para a necessidade de uma ampliação da perspectiva histórica do feminismo para traçar os caminhos do combate futuro. Um primeiro passo seria entender onde estão afinidades e divergência entre feminismo e neoliberalismo. Possíveis afinidades estariam localizadas na crítica à autoridade tradicional masculina, que ao mesmo tempo que sujeita as mulheres pode se tornar um entrave ao livre mercado.

Por outro lado, feminismo e neoliberalismo, divergem quanto às formas de opressão de gênero que não são individualizadas, chamadas por ela de pós-tradicionais, sociais e estruturais, que responsabilizam as mulheres pelo cuidado, moldam as disparidades no mercado de trabalho, alimentam as desigualdades na família e geram assim um círculo vicioso. Esses elementos estão na essência do neoliberalismo e devem ser o foco da ação feminista.

Fraser conclui apresentando uma agenda mínima para o próximo período de embates, a partir das críticas centrais da segunda onda. Para a retomada do antieconomicismo é necessário recuperar o viés emancipatório e crítico ao capitalismo, considerando justiça de forma total, com redistribuição econômica, reconhecimento social e representação política, de maneira indissociável. O antiandrocentrismo deve representar uma valorização do cuidado como elemento central da vida e seu equilíbrio com a valorização dada ao trabalho considerado produtivo e assalariado. O antiestatismo deve ser guiado por uma concepção de poder político participativo que garanta justiça de forma plena e controle os mercados. Para o Westfalianismo a construção de uma nova ordem democrática em todos os níveis.

Hooks (2015) nos fornece pistas importantes para o momento atual. Para ela é central que o movimento feminista combata o feminismo liberal, muitas vezes representado por ideias de sucesso profissional individual e por divas pop “empoderadas”, acessível somente às mulheres de camadas de classe mais altas e às custas da exploração do trabalho doméstico de mulheres pobres e negras. A autora chama atenção para a necessidade de retomada de um projeto emancipatório para o feminismo que considere gênero, raça e classe social. Hooks problematiza ainda que a ideia

de retomar o caráter coletivo do movimento feminista não implica em uma homogeneização da experiência das mulheres ou a ideia de que há um sofrimento comum entre todas as mulheres e que a opressão de mulheres pobres e ricas, negras e brancas não pode ser medido nem comparado. Hooks considera nocivo o argumento que aponta para um “vínculo comum entre as mulheres”, sobretudo no momento atual do processo capitalista em que algumas mulheres têm ascendido como “executivas e profissionais do ensino superior”.

Vemos surgir, assim, pela primeira vez na história do capitalismo, uma camada de mulheres cujos interesses diretos (e não mediados como antes pelos homens: pais, esposos, amantes etc.) se opõe frontalmente aos interesses daquelas abrangidas pela generalização do tempo parcial, dos empregos muito mal remunerados e não reconhecidos socialmente e, em geral, mais atingidas pela precariedade (Kergoat, 2009:Pág 75).

Hooks (2015) aponta ainda que classe e raça evidenciam diferenças de distribuição de recursos e de status sociais que alteram de forma bastante concreta as experiências dos sujeitos na sociedade. Citando a teórica feminista Carol Ehrlich, Hooks (2015) afirma que é preciso considerar que um componente importante da opressão é a ausência de opções, podemos considerar que algumas mulheres possuem mais opções que outras e o feminismo deve dar conta dessas disparidades.

As mulheres precisam saber (...) que o feminismo não tem a ver com se vestir para o sucesso, tornar-se executiva de grandes empresas e nem ser eleita para cargos públicos; não tem a ver com ter um casamento em que ambos têm profissões, ir esquiar nas férias e passar tempos longuíssimos com o marido e dois filhos adoráveis porque tem uma empregada doméstica que possibilita tudo isso, mas não tem tempo ou dinheiro para fazer isso por si; não tem a ver com abrir um Banco da Mulher, passar um fim de semana fazendo um curso caro que garante que vai lhe ensinar a ser autoconfiante (mas não agressiva); mais do que tudo, não tem a ver com se tornar policial, agente da CIA ou general do exército. (Hooks, 2015, Pág 200).

Nesse sentido, apesar de não poder haver uma régua que meça objetivamente o nível de sofrimento dos sujeitos, uma vez que há uma série de matizes na sociedade, é preciso ter parâmetros históricos que sirvam de referência para avaliar as situações sob pena de cair em um enorme relativismo. Nesse sentido a imbricação de sistemas de opressão de gênero, raça e classe deve ser considerada nessa análise.

A luta feminista é uma luta por justiça social. Desta forma, a justiça urbana deve incorporar também as reflexões feministas. A teoria da justiça de Nancy Fraser (2002) elabora critérios de justiça baseado em três pilares: redistribuição, reconhecimento e representação/participação. A redistribuição implica em influir na esfera econômica, se contrapondo a acumulação capitalista a partir da exploração do trabalho e da espoliação dos recursos, não perdendo de vista a questão de classe. O reconhecimento vai ter como foco as lutas das identidades políticas e suas reivindicações. Não se limitando à classe, a justiça precisa contemplar uma gama mais complexa da experiência dos sujeitos como gênero, relações étnico-raciais, religiosidade e nacionalidade, em que atuam sistemas de opressão. A paridade de participação é entendida como a criação de condições para que todos os sujeitos possam participar das decisões políticas com independência de voz, dentre elas a própria distribuição econômica; além da não hierarquização das diferenças culturais e respeito às diferenças. As três dimensões são interdependentes e igualmente necessárias para a produção de justiça social.

FEMINISMO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO

A relação entre a opressão das mulheres e a produção do espaço é ainda pouco explorada e há poucas bibliografias sobre o tema. A maior parte das obras nesse campo são em língua inglesa e produzidas por teóricas norte americanas. A influência modernista no planejamento e do urbanismo produz uma visão generalista e totalizante que, como problematizamos nas sessões anteriores, acaba por tornar os sujeitos sociais e politicamente dominantes o parâmetro para a reflexão. Nesse sentido, pode-se dizer que o planejamento e o urbanismo são andropocêntricos e trabalham com o modelo de cidade funcional modernista, pensado para homens, brancos e de classe média e média alta. (Muxi, 2009; Muxi et al, 2011; Pérez Sans, 2013).

Também podem ser explicações possíveis para a baixa produção acadêmica sobre a condição das mulheres nas cidades o fato de que a crítica a produção modernista e capitalista do espaço incorpora tradições de pensamento que secundarizam ou fragmentam as dimensões raça, classe e gênero. Apesar dessa ausência, as contradições fundamentais da vida nas cidades têm evidenciado a necessidade de ampliar o debate sobre o feminismo e planejamento urbano. Além disso apontam para a urgência de buscar soluções não generalistas, mas focadas nos sujeitos mais impactados pelos sistemas de opressão. Apresentaremos algumas dessas questões na sequência.

A primeira questão diz respeito à produção e permanência de espaços na cidade que se tornam lugares propícios para a violência sexista. Embora seja um dado que grande parcela da violência contra mulher ocorre no âmbito doméstico, sendo praticado por maridos, namorados e ex-companheiros, é bastante significativa a violência que as mulheres sofrem no espaço público. Ruas e praças mal iluminadas, lotes vazios murados ou não, grandes vias para passagem de carros, que constituem um verdadeiro deserto no entorno são espaços de muita insegurança para as mulheres e onde ocorrem casos de violência. As longas esperas pelos transportes públicos também vulnerabiliza aquelas que são mais impactadas pela violência. O assédio nos transportes públicos tem sido alvo de campanhas das feministas.

Tendo em vista que o patriarcado se constituiu também na possibilidade e na exigência de um acesso irrestrito dos homens ao corpo das mulheres, esse poder é exercido pelos homens a qualquer mulher e determina a capacidade de as mulheres terem acesso a cidade e poderem circular sem medo.

Em segundo lugar, a divisão sexual do trabalho vai determinar experiências diferentes para homens e mulheres na cidade. Reflexões como as de Muxi (2009), Hayden (1980) tem pontuado críticas ao planejamento urbano, enfatizando os impactos dos papéis de gênero nos usos da cidade.

A cidade foi construída para sujeitos homens, profissionais, autônomos, livres de amarras. Para quem tem que ocupar-se do cuidado, levando crianças à escola, pessoas doentes ao atendimento, acompanhando idosos, movendo-se de uma zona para outra da cidade por meio de um transporte público precário e caro, o planejamento modernista é um martírio que gera frustrações, perdas e dissintonia entre o corpo e a cidade. Nesse sentido o espaço urbano não é neutro e tem forte perspectiva de gênero. (Garcia-Bujalance, 2014; Muxi, 2009).

É preciso lembrar que a responsabilização social das mulheres pelas atividades reprodutivas não advém da natureza ou são biológicas. A divisão inaugurada pelo capitalismo entre esfera pública e esfera privada, separadas e dicotômicas, define que a esfera pública é a esfera da razão, da política e, portanto masculina. Às mulheres pertenceriam a esfera privada, esfera do cuidado, do afeto e da domesticidade. Essa dicotomia esconde a ligação entre público e privado e o caráter político do

trabalho de cuidado como um elemento fundamental da reprodução da sociedade (Pateman, 1996). Além disso, essa divisão visa naturalizar características e diferenças socialmente construídas entre os sexos e esconder o trabalho doméstico e a opressão das mulheres que acontece sob o privado.

Um planejamento que tenha o gênero como perspectiva analítica deve levar em conta os diversos deslocamentos que as mulheres fazem no espaço urbano e a sua relação com a divisão sexual do trabalho. Ter uma dupla jornada de trabalho significa se deslocar para o emprego formal e remunerado e ainda levar filhos à escola, acompanhar doentes ao hospital, pessoas dependentes em suas necessidades, o que requer múltiplos deslocamentos pela cidade. Nesse sentido, a divisão entre áreas residenciais e o centro, que normalmente concentra os serviços e atividades produtivas, marca das cidades modernistas, honera o cotidiano das mulheres. Tal modelo de cidade reflete um padrão dicotômico entre espaço público (produtivo) e o privado (reprodutivo), bem como desconsidera que os papéis sociais diferenciados entre homens e mulheres determinam diferentes experiências na cidade.

Em terceiro lugar e em decorrência das questões levantadas acima há uma segregação funcional na cidade. A cidade (capitalista) se organiza segregando os usos produtivos – indústria, comércio, mercado, entidades financeiras – dos usos domésticos – áreas e bairros residenciais. Essa organização primeiro se deu de maneira informal e depois foi incorporando às disciplinas do urbanismo e do planejamento (Garcia-Bujalance, 2014).

Feministas têm levantado a discussão de como a divisão entre áreas residenciais e áreas que concentram as atividades econômicas serviram historicamente para aprisionar as mulheres em casa. O exemplo emblemático da construção dos subúrbios norte americanos, evocado por Betty Friedan, é sempre mencionado nesse argumento. Algumas reflexões apresentam a segregação urbana e o planejamento modernista como agravantes da desigualdade entre homens e mulheres no mercado profissional.

A utilização do subúrbios norteamericano, que geraram um profundo tédio e depressão às suas moradoras, como paradigma do sexismo na cidade revela a necessidade de termos em conta que há uma multiplicidade de mulheres e que a imbricação de opressões leva a um maior sofrimento para certos grupos de mulheres. Isso se expressa no espaço urbano quando comparamos moradoras dos bairros residenciais de classe média e média alta, distantes do centro e aquelas que tem seu direito a morar na cidade formal negado, se aglomerando em favelas, construindo ocupações e sofrendo com a ausência de água, luz, esgoto e ainda com a violência policial. Um grande contingente dessas mulheres inclusive engrossam o exército de empregadas domésticas que realizam o trabalho reprodutivo desses bairros residências para que mulheres de classe média e média alta possam disputar com os homens no mercado de trabalho de nível de formação superior. Nesse sentido a segregação nas cidades não só é funcional e social, como propõe Muxi (2009), como também é sexual e racial.

Alguns fenômenos sociais têm evidenciado a relação entre gênero, pobreza e desigualdade sócio espacial no Brasil. O número de lares chefiados por mulheres e sua relação com a pobreza tem aumentado nos últimos anos, evidenciando a necessidade de uma reflexão sobre a reprodução ampliada da pobreza no espaço urbano. Em relatório elaborado pela Comissão Especial do Congresso Nacional por ocasião do ano da mulher em 2004 é possível constatar que, em 1992, 19,3% dos domicílios brasileiros eram chefiados por mulheres e em 2002 esse percentual passou para 32,1% nas áreas urbanas. Dessas chefes de família, 87,3% não possuem cônjuge ou companheiro. Nestes domicílios, a soma mensal média de rendimentos é de R\$ 591,00. Segundo

relatório do IBGE do mesmo ano, a proporção de crianças de até 6 anos de idade em lares em que as chefes de família são mulheres e que obtém rendimento de até 2 salários mínimos é de 56,6%. Segundo o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, com base no relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe de 2005, essa é a tendência global (Silva, 2007). Não é difícil deduzir, portanto, a partir dessas informações quem são as mais impactadas pelas desigualdades socioespaciais nas cidades brasileiras.

Recebendo em média 30,5% do que recebem homens brancos, sendo muito mais sujeitas ao desemprego e ao trabalho informal e precarizado, elas chefiam mais de um terço das famílias brasileiras, que estão evidentemente na composição do déficit habitacional, além de serem as mais impactadas pela segregação e falta de planejamento das cidades (IPEA, 2011). Morar precariamente, de aluguel ou de favor e em distantes periferias, restringe as condições de acesso ao emprego e aos serviços públicos básicos, tais como creches, escolas e postos de saúde. Portanto, não é sem razão que as mulheres estão em grande número em ocupações, construindo comunidades e resistindo às ofensivas do mercado imobiliário associado ao Estado.

As ocupações de terras urbanas que dão origem a bairros populares irregulares, ainda quando consolidadas, não são territórios reconhecidos da cidade e são tomadas pelo poder público como espaços provisórios e “ilegais” à espera de um despejo. Isso faz com que os governos ativem mecanismos de exclusão burocrática para não computar as pessoas que ali vivem como demanda dos serviços públicos básicos: a ausência de um comprovante de residência “legal”, o CEP, é utilizado como empecilho para a porta de entrada de todos os serviços públicos. Quando o Estado falha no atendimento básico sabemos sobre quem recai ainda mais a responsabilidade pelas tarefas de cuidado: sobre as mulheres, sobretudo aquelas que não tem condições de pagar outras para que executem o trabalho necessário.

Tal postura do Estado, que através do planejamento urbano constrói argumentos e mecanismos de segregação e exclusão, devemos nomear de forma adequada: trata-se de racismo institucional consubstanciado ao patriarcado que torna cada vez mais insuportável a vida das mulheres negras, pobres e periféricas. Nesse sentido é preciso compreender que a experiência das mulheres das ocupações e das mulheres periféricas de uma forma geral é atravessada pelas categorias gênero, classe e raça, fazendo com que vários sistemas de opressão se cruzem afetando diretamente as suas vidas. (Curiel, 2011).

CONCLUSÃO

O artigo tentou sistematizar algumas bases teóricas e conceituais para uma crítica feminista do urbanismo moderno e da cidade-empresa ampliando a discussão sobre planejamento urbano e sobre as graves desigualdades sócio espaciais e fortalecendo o campo de trabalho de pesquisadoras que vem se debruçando sobre a importância de adotar uma perspectiva de gênero no planejamento urbano.

O debate de gênero precisa ser referenciado mais claramente por uma perspectiva que entenda a imbricação entre os sistemas de opressão de classe, gênero e raça para que possamos traçar estratégias que de fato consigam combater o urbanismo neoliberal, superando as desigualdades sócio espaciais. Nesse sentido o conceito de interseccionalidade parece ser fundamental (Hook, 2015; Curiel, 2011; Collins, 2000) .

Adotar uma perspectiva de gênero no planejamento urbano é bem diferente do que naturalizar papéis que são socialmente construídos. Afirmar a necessidade de um planejamento que leve em conta os múltiplos deslocamentos que uma mulher faz na cidade para executar uma dupla ou tripla jornada de trabalho não significa normatizar a divisão sexual do trabalho. Significa simplesmente pensar que as tarefas produtivas e reprodutivas não deveriam estar fragmentadas no espaço urbano, assim como não deveriam estar segregados os sujeitos.

Nesse sentido, o conceito de justiça de Nancy Fraser talvez possa contribuir para a criação de parâmetros para pensar a justiça urbana na medida em que incorpora as dimensões: reconhecimento de que somos sujeitos diversos e perpassados por desigualdades de raça, classe e gênero e por diferentes necessidades, demandas e desejos que correspondem a determinadas conformações do espaço urbano; pela redistribuição econômica e de possibilidades que dizem respeito não apenas a esfera do trabalho produtivo, como também a divisão do trabalho reprodutivo e a organização da vida no espaço; e a representação, ou seja, a capacidade das demandas das mulheres serem representadas por elas mesmas em decisões políticas que impactam o espaço urbano.

Por fim, é importante destacar que o feminismo não é apenas uma teoria social, feminismo é prática política. Na medida em que estão plasmadas no espaço urbano as contradições raciais, de gênero e de classe também a luta pelo fim dessas opressões produz efeitos sobre o espaço urbano que devem ser consideradas em uma teoria feminista do planejamento.

REFERÊNCIAS

- Alambert, Zuleika (2004), *A mulher na história – a história da mulher*. São Paulo: Editora Abaré, 1ª Ed.
- Alvarez, Sonia (2000), “Em que ‘estado’ está o feminismo latino-americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero”, in Nalu Faria, Maria Lucia Silveira e Mirian Nobre (orgs.), *Gênero nas políticas públicas: impasses, desafios e perspectivas para a ação feminista*. São Paulo: Sempre Viva Organização Feminista
- BODELÓN, Encarna (1998), “La igualdad y el movimiento de mujeres: propuestas y metodología para el estudio del género”, in: Universitat Autònoma de Barcelona, Working Paper n.148. Barcelona, p. 01 - 08. Acessado a 17-12-2015, disponível em: http://www.icps.cat/archivos/WorkingPapers/WP_I_148.pdf?noga=1
- Collins, Patricia Hill (2000), *Black feminist thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment*, 2nd ed. Routledge New York, NY.
- Curiel, Ochy (2011), “Gênero, raza, sexualidad: debates contemporaneos”. Acessado a 27/10/2016 em: http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf
- Curiel, Ochy (2009), “Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe”. Acessado a 27/11/2016 em: <http://www.bdigital.unal.edu.co/39749/1/ochycuriel.2009.pdf.pdf>
- Curiel, Ochy (2007), Los aportes de las afrodescendientes a la teoría y las prácticas feministas: desuniversalizando el sujeto “mujeres”. Acessado a 27/11/2016 em:

<https://pt.scribd.com/document/68237631/Los-Aportes-de-Las-Afrodescendientes-a-La-Teoria-y-La-Practica-Feminista-Ochy-Curiel>

Curiel, Ochy (2002), *Identities essentialistas o construcción de identidades políticas: el dilema de las feministas negras*. Acessado a 27/11/2016 em: <http://www.ciudaddemujeres.com/articulos/Identities-esencialistas-o>

Davis, Angela (2016), *Mulheres, raça e classe*. Tradução de: Heci Regina Candiani. 1ª ed São Paulo: Boitempo.

Federici (2016), *O caliban e a bruxa*. Tradução Coletivo Sycorax. Acessado a 28-11-2016 em: <http://coletivosycorax.org/indice/>

Fougeyrollas-Schwebel (2009), "Movimentos feministas", in: Helena Hirata [et al.] (orgs), *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

Fraser, Nancy (2009), "O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história", in Revista Mediações. Dossiê: Contribuições do pensamento feminista para as Ciências Sociais. Traduzido por Ancelmo da Costa Filho e Sávio Cavalcante. Londrina, v.14, n.2 p. 11-33, Jul/Dez.

Fraser, Nancy (2002), "A justiça social na globalização: redistribuição, reconhecimento e participação", in Revista Crítica das Ciências Sociais. Traduzido por Teresa Tavares, Nº63 ,outubro de 2002 p. 7-20

Friedan, Betty (1971), *Mística feminina*, Petrópolis: Editora Vozes 1ª ed.

García-Bujalance (2014), "Mujer, Ciudad, Planeamiento; o lo que el lenguaje oculta", in: Boletín de la sociedad de amigos de la cultura de Vélez-Málaga.

Hayden, Dolores (1980), "What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work" Acessado a 27/10/2016 em: <http://spatialfeminism.tumblr.com/post/60460200219/dolores-hayden-what-would-a-non-sexist-city-be>

Hooks, Bell (2015), "Mulheres negras: moldando a teoria feminista", in: Revista Brasileira de Ciência Política, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210. Acessado a 17-12-2015, disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>

Lugones, María (2011). "Hacia un feminismo descolonial". Acessado a 27/10/2016 em: <http://manzanadiscordia.univalle.edu.co/volumenes/articulos/V6N2/art10.pdf>

Merlino, Tatiana (2010), *Luta substantivo feminino*. São Paulo: Editora Caros Amigos.

Miñoso, Yuderky Espinosa (2009), "Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional". Acessado a 27/10/2016 em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4137775>

Muxí, Zaida (2009), "Reflexiones en torno a las mujeres y el derecho a la vivienda desde una realidad con espejismos". Acessado a 27/10/2016 em: http://upcommons.upc.edu/bitstream/handle/2117/6726/derecho_humano_vivienda.pdf

- Muxí et al (2011), "La Ley de Barrios en Cataluña: la perspectiva de género como herramienta de planificación". Acessado a 28/12/2016, em: <http://rua.ua.es/dspace/handle/10045/22339>
- Silva, Joseli Maria (2007). "Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano". Acessado a 27/10/2016 em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/viewFile/12612/11775>
- Pateman, Carole (1996), "Criticas feministas a la dicotomia publico/privado". *Revista Paidós*, Barcelona.
- Pérez Sans, Paula (2013). "Reformulando la nocion de 'derecho a la ciudad' desde una perspectiva feminista". Acessado a 28/12/2016, em: <http://www.encrucijadas.org/index.php/ojs/article/view/67>
- Pinto, Céli Regina Jardim (2010), "Feminismo, história e poder". Acessado a 28/12/2016, em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>